



PARTE H

MUNICÍPIO DE ALJEZUR

Aviso n.º 4640/2017

Cessação da relação jurídica de emprego público por denúncia de contrato de trabalho

Em cumprimento do disposto no n.º 1 alínea *d*) do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que a Técnica Superior Dora da Conceição Landeiro Sequeira Sousa, trabalhadora desta Autarquia, solicitou a denúncia do contrato de trabalho em funções públicas, ao abrigo do artigo 304.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de maio de 2017.

Publique-se na 2.ª série do *Diário da República*.

4 de abril de 2017. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Velhinho Amarelinho*.

310409775

MUNICÍPIO DE ARMAMAR

Aviso (extrato) n.º 4641/2017

Nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, e ulteriores alterações e em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e ulteriores alterações, torna-se público que, na sequência de procedimentos concursais comuns para recrutamento de diversos postos de trabalho, designadamente para 1 técnico superior (licenciatura na área de Línguas e Literaturas Modernas) abertos por aviso publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 203, de 16 de outubro de 2015, e recorrendo à reserva de recrutamento interna, respeitando a ordem da lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, homologada por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 7 de abril de 2016, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de abril de 2017, com Cristina Maria Campos Ribeiro Marta para o exercício de funções inerentes à carreira/categoria de técnica superior, com a remuneração correspondente à 2.ª posição e nível remuneratório 15 da Tabela Remuneratória Única.

4 de abril de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal de Armamar, *João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca*.

310408957

MUNICÍPIO DE AVIS

Regulamento n.º 226/2017

Regulamento de concessão de regalias sociais aos bombeiros da associação humanitária dos bombeiros voluntários avisenses

Preâmbulo

O regulamento de concessão de regalias sociais aos bombeiros da associação humanitária dos bombeiros voluntários avisenses, consiste num instrumento de caráter social instituído como forma de reconhecer, acarinhar, valorizar, proteger e fomentar o exercício de uma atividade com especial relevância para a comunidade, em regime de voluntariado.

O novo regulamento representa a concretização de uma política social municipal de reconhecimento do estatuto do bombeiro voluntário, pelo que consideramos que é altura de avançar com uma medida que traga vantagens e benefícios em favor destes homens e mulheres que se colocam ao serviço das populações e na defesa do património, muitas vezes arriscando a vida, tanto em caso de incêndios, socorro, como em todo o tipo de catástrofes ou calamidades, bem como, nos diversos tipos de acidentes.

O presente regulamento foi antecedido de um período de participação procedimental de 30 dias, aberto por deliberação da câmara municipal datada de 24 de agosto de 2016, não tendo havido a constituição de interessados no presente procedimento.

Após aprovação do projeto pela câmara municipal, foi o mesmo submetido a consulta pública, nos termos e para os efeitos dos artigos 100.º e 101.º do código de procedimento administrativo, aprovado pela lei n.º 42/2015, de 7 de janeiro, tendo sido submetido, por deliberação tomada na reunião de câmara municipal de 11 de janeiro de 2017, à aprovação, por unanimidade, na assembleia municipal, na sua sessão de 22 de fevereiro de 2017.

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Lei habilitante

A concessão de regalias sociais aos bombeiros do município de Avis é efetuada ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 23.º, n.º 2, alíneas *h*) e *j*), do artigo 25.º, n.º 1, alínea *g*), e do artigo 33.º, n.º 1, alíneas *k*) e *u*), do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e rege-se pelo presente regulamento.

Artigo 2.º

Definição

Para efeitos da aplicação do presente regulamento, consideram-se bombeiros voluntários, adiante designados abreviadamente por bombeiros, os indivíduos que, integrados voluntariamente em corpos de bombeiros, têm por missão a proteção de vidas humanas e bens em perigo, mediante a prevenção e extinção de incêndios, socorro de feridos, doentes, ou ainda de outros serviços previstos nos regulamentos e demais legislação em vigor.

Artigo 3.º

Âmbito

O presente regulamento aplica-se a todos os elementos pertencentes ao corpo de bombeiros voluntários da associação humanitária dos bombeiros voluntários avisenses e que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:

- Ter mais de 14 anos de idade;
- Possuir a categoria igual ou superior a cadete;
- Constar dos quadros homologados pela autoridade nacional de proteção civil;
- Ter mais de um ano de bons e efetivos serviços de voluntariado nos bombeiros;
- Estar na situação de atividade no quadro, ou de inatividade em consequência de acidente ocorrido no exercício das suas missões ou de doença contraída ou agravada em serviço.

CAPÍTULO II

Dos deveres e regalias sociais

Artigo 4.º

Deveres

No exercício das funções que lhe foram confiadas, os bombeiros estão vinculados ao cumprimento dos seguintes princípios:

- Observar e compreender escrupulosamente as normas legais e regulamentos aos atos por si praticados;
- Atuar com dedicação, competência, zelo, assiduidade e correção;
- Cooperar, ao nível municipal, distrital e nacional, através das corporações, com os organismos da proteção civil, nas diversas iniciativas que visem melhorar a proteção das populações e seus bens.

Artigo 5.º

Regalias sociais

1 — Os bombeiros têm direito às seguintes regalias sociais:

- Isenção do pagamento das taxas administrativas municipais devidas pela realização das operações urbanísticas de construção, beneficiação e

ampliação, de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente localizado na área do Município;

b) Acesso gratuito às piscinas municipais, pavilhão municipal e aos espetáculos culturais promovidos pelo município de Avis;

c) Aplicação da tarifa social de consumo de água, saneamento e recolha de resíduos, em habitação permanente (própria ou arrendada);

d) Apoio inicial para o encaminhamento jurídico e administrativo gratuito ao agregado familiar dos bombeiros em processos de caráter social, decorrentes da morte do bombeiro.

2 — A redução das tarifas a que se refere a alínea c) do n.º 1 não abrange as tarifas e taxas devidas pelo restabelecimento da ligação na sequência de suspensão do serviço.

CAPÍTULO III

Concessão de regalias

Artigo 6.º

Requerimento

1 — A atribuição das regalias sociais constantes do presente regulamento depende sempre de pedido expresso a formular, anualmente, pelo interessado, mediante requerimento dirigido ao presidente da câmara municipal, do qual deverá constar, designadamente:

a) Nome, residência, estado civil, profissão, data de nascimento, número de identificação fiscal e n.º do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão;

b) Categoria de bombeiro, n.º mecanográfico e data de admissão;

c) Indicação de estar na situação de atividade no quadro, ou de inatividade em consequência de acidente ocorrido no exercício das suas missões ou de doença contraída ou agravada em serviço;

d) A composição do agregado familiar com a indicação do nome para efeitos da atribuição da regalia social prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 5.º

2 — O requerimento referido no número anterior deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) Fotocópia do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão, desde que devidamente autorizada, do cartão do número de identificação fiscal do requerente;

b) Declaração ou documento análogo emitido pelos serviços legalmente competentes, no caso de estar na situação de inatividade, comprovativo de se encontrar nessa situação em consequência de acidente ocorrido no exercício das suas missões ou de doença contraída ou agravada em serviço;

c) Atestado da junta de freguesia, em caso do requerente viver em união de facto, comprovativo de que o casal vive junto há mais de dois anos, para efeitos da atribuição da regalia social prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 5.º

3 — Os requisitos referidos nas alíneas b), c), d) e e) do artigo 3.º são confirmados pelo comandante da respetiva corporação de bombeiros.

4 — Em caso de alteração dos requisitos a que se referem as alíneas mencionadas no número anterior, no decorrer do ano civil, o comandante da respetiva corporação de bombeiros deve comunicar o facto, por escrito, à câmara municipal da alteração sucedida.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 7.º

Cartão de identificação

1 — Os beneficiários do regime do presente regulamento serão titulares de cartão de identidade, emitido pela câmara municipal.

2 — A emissão do cartão de identidade será requerida junto dos serviços municipais, devendo os interessados fazer a entrega de duas fotografias tipo passe e dos seguintes documentos:

a) Cópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão, desde que devidamente autorizada, pelo próprio;

b) Declaração emitida pelo comandante da corporação de bombeiros a que pertence, comprovativa de que o requerente preenche os requisitos constantes no n.º 1 do artigo 3.º

3 — O cartão de identidade é pessoal, intransmissível, válido por um ano e deverá ser devolvido à sua corporação que o remeterá de imediato, à câmara municipal, logo que o bombeiro se encontre na situação de inatividade no quadro.

4 — O modelo de cartão de identidade será fixado pela câmara municipal e conterá obrigatoriamente:

a) O logotipo do município, a fotografia do bombeiro, o primeiro e o último nome do titular, a respetiva área funcional, o posto e a inscrição «BOMBEIRO VOLUNTÁRIO — MUNICÍPIO DE AVIS», a data de emissão e respetivo número, a data de validade, e a assinatura do presidente da câmara.

5 — A renovação do cartão de identidade deverá ser requerida até 30 dias antes de caducar a respetiva validade.

Artigo 8.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia útil seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*

21 de março de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal de Avis, *Nuno Paulo Augusto da Silva*.

310409523

MUNICÍPIO DE BARCELOS

Aviso n.º 4642/2017

Miguel Jorge da Costa Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, torna público, que sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em 30 de janeiro de 2017, a Câmara Municipal de Barcelos, deliberou por unanimidade, nos termos do disposto nos artigos 76.º e 118.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, diploma que regula o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, bem como, no artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com a redação atualizada, diploma que aprova com caráter extraordinário, o Regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo, aprovar a Proposta de Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Barcelos, nos termos que a seguir se publicam.

Mais torna público, que a Câmara Municipal deliberou ainda submetê-lo a discussão pública, pelo prazo de 15 dias úteis, nos termos do n.º 2, do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com a redação atualizada, diploma que aprova com caráter extraordinário, o Regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

As sugestões a apresentar relativamente a esta proposta, devem ser dirigidas por escrito, ao Presidente da Câmara Municipal, e enviadas ou entregues pessoalmente no Edifício Sede do Município de Barcelos, Largo do Município, 4750-323 Barcelos, nos serviços da DPUA (Casa do Rio) sitos na Rua Fernando Magalhães, 4750-290 Barcelos, ou no endereço de correio eletrónico www.cm-barcelos.pt, dentro daquele prazo.

31 de março de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Miguel Jorge da Costa Gomes*.

Projeto de Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Barcelos

Nota Justificativa

A atual conjuntura económica, que efetivamente parece querer demonstrar um incremento da produção nacional, no seio do tecido empresarial, encontra por diversas vezes vicissitudes na esfera privada dos investidores, concretamente, ao nível da falta de licenciamento das instalações e edificações, que urge ultrapassar.

Em matéria de incentivos ao desenvolvimento económico, através do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, encontra-se já estabelecido mecanismo de alavancagem, o qual, designadamente, ao nível das indústrias e das explorações pecuárias, servirá tal desiderato, ao nível